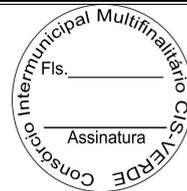




Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## CIS-VERDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2024  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2024

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	PERÍODO	VLR. TOT
1	13	Bitdefender Gravityzone Business Security Premium	36 meses	R\$ 2.895,00
VALOR POR EXTENSO: (Dois mil oitocentos e noventa e cinco reais)				

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.40.00	20	1.659.000	SERV. DE TECN. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO

### DATA DA SEÇÃO PÚBLICA

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 8:00 hs do dia 03/07/2024 até as 23:59 hs do dia 08/07/2024

ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA (S): [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com)

SEÇÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE DE PROPOSTA (S): 9:00 hs do dia 09/07/2024

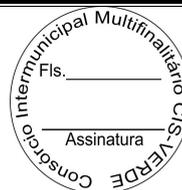
## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	3
DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA .....	3
CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S) .....	3
CRECIBIMENTO, E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOC. PARA A HABILITAÇÃO.....	3
SEÇÃO I - DO OBJETO.....	4
SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	4
SEÇÃO III – METODOLOGIA DE FORNECIMENTO DO OBJETO .....	4
SEÇÃO IV - PEDIDO (S) DE IMPUGNAÇÃO E ESCALRECIMENTO AO EDITAL.....	5
SEÇÃO V – DA VINCULAÇÃO .....	5
SEÇÃO VI – DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL .....	5
SEÇÃO VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	6
SEÇÃO VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE .....	7
SEÇÃO IX – DO CREDENCIAMENTO/ENVIO DE PROPOSTAS .....	7
SEÇÃO X – DOS BENEFÍCIOS DAS MEs, EPPs E EQUIPARADAS .....	8
SEÇÃO XI – DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	8
SEÇÃO XII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE .....	9
SEÇÃO XIII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO.....	9
SEÇÃO XIV – DO (S) RECURSO (S) .....	10
SEÇÃO XV– DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	10
SEÇÃO XVI – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	11
SEÇÃO XVII – DAS ALTERAÇÕES .....	11
SEÇÃO XVIII – DA PUBLICIDADE DO (S) CONTRATO (S).....	11
SEÇÃO XIX – DO REAJUST. E DA MANUT. DO EQUIL. ECON.-FINANC.....	11
SEÇÃO XX – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	13
SEÇÃO XXI – DO PAGAMENTO .....	13
SEÇÃO XXII – DA SUBCONTRATAÇÃO .....	14
SEÇÃO XXIII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
SEÇÃO XXIV – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	15
SEÇÃO XXV – DOS CASOS OMISSOS .....	15
SEÇÃO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	15
SEÇÃO XXVII – DO FORO .....	16
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA .....	17
ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA .....	30
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....	31
ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	32



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## AVISO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 016/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 034 /2024

**EXCLUSIVO PARA BENEFICIÁRIOS DA LC 123/06 E EQUIPARADAS**

### PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, leva ao conhecimento dos interessados que fará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fundamento no **artigo 75, inc. II e 2º e 3º, art. 23, inc. IV, todos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, c.c o Decreto n.º 006/2024**, no que couber a LC nº 123 de 14/07/00, e LC 147, de 07/08/14, e mediante as condições mínimas estabelecidas neste edital e seus anexos.

### DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Para dar publicidade ao ato, este edital será publicado, no sitio eletrônico oficial do Consórcio: <http://www.cisverde.mg.gov.br>, nos termos da Lei n. 14.133/2021 e Decreto n.º. 006/2024, de 03/06/2024.

### CONSULTA E ESCLARECIMENTO (S)

Este edital estará à disposição, podendo ser acessado pelos interessados, pelo site Oficial do Consórcio - [cisverde.mg.gov.br](http://www.cisverde.mg.gov.br). Informações pelo telefone: (032) 3741-3313 e/ou pelo e-mail: [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com).

### CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOO PARA HABILITAÇÃO

O acolhimento de propostas adicionais para o objeto em referência será por meio do endereço eletrônico e-mail: [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com). Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação Sr. Marco Antonio da Silva e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA N.º. 001/2024, de 16/01/2024**.

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 8:00 hs do dia 03/07/2024 até as 23:59 hs do dia 08/07/2024**

**ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA (S): [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com)**

**SEÇÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE DE PROPOSTA (S): 9:00 hs do dia 09/07/2024**

Carangola 02/07/2024.

\_\_\_\_\_  
**Marco Antonio da Silva - Agente de Contratação**  
**Portaria nº 001, de 16/01/2024**  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**

## SEÇÃO I – DO OBJETO

1. Edital de dispensa de licitação visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licença de Software de antivírus next generation e gerenciamento on premise ou cloud e Suporte Técnico (Gold), conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

## SEÇÃO II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar desta dispensa de licitação pessoas **JURÍDICAS** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto em referência, devendo **credenciar-se** previamente com envio de proposta para o endereço eletrônico e-mail: [cisverdlicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdlicitacao@yahoo.com), desde que esta atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
3. A participação na presente dispensa será feita mediante apresentação de proposta por prestador/fornecedor atuantes no objeto em questão e que não se enquadrem em situações legais ou impeditivas por sanção de contratar com o Poder Público.
4. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio é justificada, uma vez que as aquisições/prestações de pequenos vultos não são atraentes para grandes empresas. É comum que as empresas de pequeno e médio porte se apresentem com o mínimo necessário em termos de qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos desse tipo.

### Subseção II.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA DISPENSA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

5. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
7. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

## SEÇÃO III – METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

8. A prestação de serviços objeto deste edital será conforme as condições contidas estabelecidas no termo de referência, proposta comercial, edital e demais anexo que originar o contrato administrativo, consoante o § 2º do art. 89 da Lei n.º 14.133/2021.
9. A prestação de serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem fornecidos em decorrência deste contrato. Nos casos que apresentarem defeitos deverão ser rejeitados e substituídos, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

10. A execução do objeto deverá ser rigorosamente conforme as especificações e demais elementos técnicos relacionados a prestação de serviços, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

## SEÇÃO IV - PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E ESCALRECIMENTO DO EDITAL

11. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório, devendo protocolizar o pedido, através do endereço eletrônico e-mail: [cisverdlicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdlicitacao@yahoo.com), nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
12. A resposta à solicitação ou pedido de esclarecimento será respondida por e-mail e publicada pelo Agente de Contratação em sítio eletrônico oficial do Consórcio site oficial, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
13. A petição deverá ser assinada pela impugnante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, nº. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).
14. Sendo acolhida a impugnação ao Edital, e realizada as alterações se necessárias, será definida nova data para a realização do certame, com publicidade realizada pelos mesmos veículos utilizados anteriormente.
15. Ressalta-se, que este Edital prevê, minuciosamente, o procedimento a ser observado pelo (a) licitante, atendendo as dúvidas de caráter técnico legal na interpretação de seus termos. **A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições, nos termos do ordenamento jurídico vigente, implica na sua aceitação automática, integral e irrevogável**, motivo por que, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.
16. O prazo para questionamentos será o tempo estipulado para a apresentação de propostas. Nesses termos, haverá a preclusão de atos posteriores, quando não mais poderão ser praticados, devendo ser considerados atos posteriores como incompatíveis com o já realizado.

## SEÇÃO V - DA VINCULAÇÃO

17. Nos Termos da Lei 14.133/2021, fica ratificada a vinculação dos licitantes ao presente Edital, compreendendo não apenas as suas disposições textuais, mas também os anexos, onde são incluídas especificações técnicas, critérios de julgamento e demais informações relevantes para a participação no certame assim, como a devida execução do objeto licitado. Outrossim, vinculam-se a este Edital, independente de transcrição:

ANEXO I	Termo de Referência - TR
ANEXO II	Declaração UNIFICADA
ANEXO III	Modelo de Proposta
ANEXO IV	Minuta de Contrato

## SEÇÃO VI - DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

18. DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo Agente de Contratação do Consórcio, sr. Marco Antonio da Silva, de forma imediata após assinatura do contrato.

19. DO FISCAL DO CONTRATO - A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do servidor **Waldemar Gomes de Oliveira** - Assistente Técnico de Informática e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
20. O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
22. Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante termo detalhado, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, notificará a contratada, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
23. O prazo de vigência do contrato administrativo será de 48 meses da sua assinatura podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 105 c.c 106, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s).
  - a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

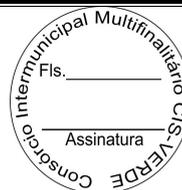
## SEÇÃO VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
25. Prestar os serviços objeto deste termo de acordo com as condições aqui estabelecidas concomitante com a proposta apresentada, seguindo as exigências técnicas pertinentes ao aparelho a que será dada a manutenção, observando o § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.
26. A execução do objeto deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados ao objeto, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.
27. O serviço deverá ser executado fielmente pela parte, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observando que a inexecução total ou parcial da prestação de serviços assumida, poderá incidir nas determinações do artigo 115, da Lei nº 14.133/2021.
28. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).
29. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## Subseção VII.1 – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº. 14.133/2021)

30. Demais informações estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento.

## SEÇÃO VIII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

31. O regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, as especificadas neste Edital e seus anexos.
32. O contratante deve obedecer às responsabilidades essenciais ao contratar serviços para a administração pública, que incluem providenciar os recursos necessários, fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, realizar os pagamentos conforme acordado, oferecer suporte para o adequado desempenho dos serviços, assegurar a qualidade na execução e o interesse público, comunicar alterações no contrato de forma clara e tempestiva, e cumprir todas as obrigações legais pertinentes à contratação e execução dos serviços.
33. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
34. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no instrumento contratual.

## SEÇÃO IX – DO CREDENCIAMENTO/ENVIO DE PROPOSTAS

35. A Dispensa de licitação será realizada em sessão pública, observados as determinações da lei de licitações e contratos da administração pública, Lei n.º 14.133/21.
36. Para o envio de proposta, será aberto o prazo de 03 (três) dias, para que empresas interessadas no objeto da dispensa possam apresentar propostas adicionais, de eventuais outros interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, as quais serão recebidas pelo setor de licitações e contratos do consórcio através de protocolo, ou pelo e-mail: [cisverdlicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdlicitacao@yahoo.com), ademais:
- Não serão aceitas propostas enviadas através de mensagens de aplicativos como o WhatsApp;
  - A participação de proponente interessado no objeto se confirmará com o protocolo no setor de licitações do Consórcio, ou pelo envio da proposta via e-mail, dentro do prazo concedido neste edital.
  - Após o término do prazo estabelecido para o recebimento de propostas, haverá o seu encerramento e será iniciada a fase de julgamento da (s) proposta (s).
  - Encerrada a fase de apresentação de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, considerando o menor dos preços obtidos será escolhido o fornecedor/prestador que estará classificado a fase de envio e análise dos documentos de habilitação.
37. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

38. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no site oficial do consórcio durante a duração da Dispensa de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Consórcio.

## SEÇÃO X – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO AS “MEs” E “EPPs E EQUIPARADAS”

(Arts. 42 à 49 da LC nº. 123, de 14/12/2006)

39. As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, ou equiparada, definidas pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que forem elegíveis aos benefícios da Lei Complementar **DEVERÃO ENTREGAR, INDEPENDENTE DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO:** a) Quando optante pelo **SIMPLES NACIONAL**: comprovação da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, b) **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, vigente e c) **No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA À ME OU EPP**, deverá comprovar de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, e apresentar Declaração unificada, conforme os incisos I e II do art. 3º, bem como de que não possuem nenhum dos impedimentos constantes do § 4º, do art. 3º, da LC 123 (**modelo Anexo II – DECL. UNIFICADA**).
- a) **DEVERÁ APRESENTAR** toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal**, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº. 123/2006.
- b) Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, **será assegurada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento** em que a ME ou EPP for declarada habilitada no certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão, para regularização da Documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- I- A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Setor de Licitações. A não apresentação implica na **RENÚNCIA** ao direito de aplicação da Lei Complementar.

## SEÇÃO XI – DO PROCEDIMENTO E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

40. A abertura da sessão pública desta Dispensa de licitação, conduzida pelo **Agente de Contratação**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.
41. Aberta a seção pública para análise das propostas apresentadas, entendendo aquelas utilizadas para a realização do processo, assim como aquelas adicionais advindas de e-mail ou protocoladas direto na sede do Consórcio, após escolhida a proposta mais vantajosa será solicitado da proponente no prazo máximo de 3 horas improrrogáveis os documentos para a habilitação.

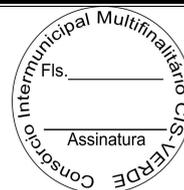
### Subseção XI.1 - REQUISITOS DAS PROPOSTAS

42. A licitante deverá enviar sua proposta nos moldes do modelo de propostas anexo III deste edital, em caso de faltar informações ali contidas estará desclassificada e será repassada para a proponente remanescente.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



43. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
44. A desclassificação de proposta deverá ser sempre fundamentada e registrada em ata.
45. Qualquer interessado poderá no dia e hora para a realização de análise das propostas participarem da seção pública da dispensa.

## SEÇÃO XII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

46. O critério de desempate será aqueles estabelecidos no art. 60, § 1º, incisos II, III e IV da Lei n.º 14.133/2021.

## SEÇÃO XIII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

(Capítulo VI, artigos 62 e seguintes da L. N. 14.133/2021)

47. Para ser declarado vencedor e habilitado o proponente que apresentar melhor proposta, terá que comprovar no prazo de 3 horas após a solicitação do agente de contratação, por e-mail ou entregue na sede do Consórcio, documentos que comprovem os requisitos para habilitação, com a apresentação de: Declaração Unificada, de acordo com o art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/21; Habilitação jurídica, de acordo com o art. 62, inc. I, da Lei n.º 14.133/21; Habilitação fiscal e trabalhista, de acordo com o art. 62, inc. III, c/c art. 68, incs. I, III, IV, V e VI, ambos da Lei n.º 14.133/21; e Habilitação econômico-financeira, de acordo com o art. 62, inc. IV, c/c art. 69, inc. I e II, ambos da Lei n.º 14.133/21.
48. Os Documentos exigidos para a habilitação, nos termos do Capítulo VI, artigos 62 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, são:
  - Cartão de CNPJ;
  - Inscrição Estadual;
  - Certidão negativa de débitos Federais;
  - Certidão negativa de débitos Estaduais;
  - Certidão negativa de débitos Municipais;
  - Certidão negativa de débitos Trabalhista;
  - Certidão negativa de débitos do FGTS;
49. Concluída a análise de habilitação da proponente detentora da proposta mais vantajosa, o processo será remetido ao órgão jurídico para manifestação, sendo, na sequência, remetidos os autos ao Secretário Executivo para fins de Adjudicação e Homologação ou para Revogação e Anulação quando for o caso.

## Subseção XIII.1 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

50. O Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item.
51. É facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

## SEÇÃO XIV – DO (S) RECURSO (S)

(Arts: de 165 a 168, da Lei n. 14.133/21)

52. Considera-se o prazo recursal as 2 horas posteriores a publicação do resultado do proponente vencedor e habilitado, no site oficial do Consórcio.
- a) A publicação do resultado desta dispensa será no site oficial do Consórcio CISVERDE, sítio eletrônico: <http://www.cisverde.mg.gov.br/>, até às 14 horas do dia estipulado para a análise das propostas.
- b) Salvo motivo justificado o prazo de publicação poderá ser alterado e conseqüente o prazo para a intenção recursal.
- c) Após o prazo do caput deste artigo, poderá ser protocolizado o recurso através do endereço eletrônico e-mail: [cisverdelicitacao@yahoo.com](mailto:cisverdelicitacao@yahoo.com) ou por protocolo direto na sede do consórcio, nos termos da Lei nº. 14.133/2021;
- d) Preclui o direito de recurso aquele que não o fizer nos termos deste artigo.
53. Havendo manifestação, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso fundamentadamente. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso<sup>1</sup>, a falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará em decadência.
54. A decisão do recurso será por e-mail e publicado pelo Agente de Contratação em sítio eletrônico oficial do Consórcio site oficial, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
55. A petição deverá ser assinada pelo recorrente, devendo conter a indicação de sua razão social, nº. do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social se sócio e contrato social e procuração se procurador, somente procuração se pública).
56. As razões do recurso de que trata o item 109 deverá (ão) ser apresentada (s) no prazo de até 3 (três) dias.
57. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

58. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos nos recursos administrativos, uma vez, inexistindo manifestação recursal ou decidida os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.
59. Em havendo recurso, o Agente de Contratação receberá, analisará e encaminhará a autoridade superior, se for o caso, nos moldes do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021;
60. A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

<sup>1</sup> Juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014 – Plenário.

## SEÇÃO XVI – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, “d”, da Lei nº. 14.133/2021)

61. Homologado o procedimento licitatório, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato (**Modelo Anexo IV**) no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for convocada para firmar o Contrato Administrativo, que terá as condições, obrigações e responsabilidades das partes decorrentes deste procedimento licitatório. A convocação será feita mediante correspondência eletrônica (e-mail).
62. No caso de o Proponente vencedor possuir assinatura digital certificada, será enviado o Contrato via correspondência eletrônica, a qual deve ser respondida com o documento assinado digitalmente, no prazo estipulado.
63. A proponente vencedora que, convocada para assinar o Contrato Administrativo, e não o fizer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem motivação e/ou justificativa aceita pela administração, decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na forma do artigo 90 da Lei nº. 14.133/2021, assim como a indenização por perdas e danos à Administração e demais cominações legais pertinentes.
64. Na hipótese de ocorrência da situação indicada neste item, será convocado proponente remanescente, observada a ordem de classificação, para celebração do Contrato, e assim sucessivamente.

## SEÇÃO XVII – DAS ALTERAÇÕES

65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
68. Alterações que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizadas por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
69. Não poderá haver alterações nos termos e valores do contrato administrativo oriundo deste edital.

## SEÇÃO XVIII – DA PUBLICIDADE DOS CONTRATOS

70. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.
71. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

## SEÇÃO XIX – DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILIBRÍO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

72. Via de regra os preços serão fixos e irrevogáveis até o **interregno de 1 (um ano)**, estando a data-base vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado a licitante vencedora.
73. Mediante expresso pedido da **CONTRATADA** os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido interregno de um ano da data do Termo de Consolidação do Contrato Administrativo.
74. **SOB PENA DE PRECLUSÃO, O DIREITO AO REAJUSTE DEVERÁ SER PLEITEADO PELA CONTRATADA ANTES:** I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente; II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual e III - do encerramento do contrato.
75. O prazo previsto neste instrumento somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da **CONTRATADA**, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

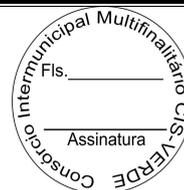
## Subseção XIX.1 – DA REPACTUAÇÃO (CASO EXCEPCIONAL)

76. Será **admitida a repactuação de preços**, com vistas à adequação ao preço de mercado desde que: i) seja observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos para os quais a proposta referir; e ii) seja **demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada**, nos termos do art. 25, §7º, e arts. 107 e 131, parágrafo único, ambos da Lei nº 14.133/2021.
77. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão;
78. Em hipótese excepcional junto ao pedido de reequilíbrio deverá ser apresentada ao contratante, **DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA E COMPROVAÇÃO**, pela **CONTRATADA**, da variação dos preços dos itens da planilha de custos do contrato.
79. Quando o pedido de repactuação fundar-se no aumento dos custos com mão de obra, a **CONTRATADA** deverá anexar ao seu requerimento à cópia do acordo coletivo e/ou convenção coletiva de trabalho (ou documento equivalente) que comprove o efetivo aumento de sua despesa com pessoal.
80. Por fim, o TCU, inclusive já se manifestou a este respeito: “**NOTAS FISCAIS DE FORNECEDORES DA CONTRATADA SÃO INSUFICIENTES**, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” *Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes:*
81. Como critério de reajuste, a empresa deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.
82. As repactuações a que o contrato fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



83. A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

## SEÇÃO XX – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº. 14.133/2021)

84. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento do objeto contratado proveniente da (s) dotação (ões) orçamentária (s) do **CISVERDE**, abaixo exposta (s):

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.40.00	20	1.659.000	Serviço Da Tecnologia Informação E Comunicação

## SEÇÃO XXI – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g” e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

85. O pagamento será efetuado em até **30 dias**, após a entrega da nota fiscal, bem como do aceite do objeto pelo fiscal do contrato, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Consórcio. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, respeitado as regras estabelecidas em Edital e seus anexos.
- a) Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
86. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com.br](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com.br) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).

### Subseção XXI.1 – DOCUMENTOS QUE DEVEM PERMANECEREM VIGENTES NA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO - Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021

87. Os documentos referentes à regularidade Fiscal e Trabalhista poderá ser requerido sua apresentação para liquidação e liberação de pagamento.

### Subseção XXI.2 – DOS VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, SERÃO ABATIDOS, NA FONTE, OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NA FORMA DA LEI.

88. Caso a **CONTRATADA** goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.
89. Poderá o **CONTRATANTE**, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.
90. A **CONTRATADA** poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.
91. Caso a **CONTRATADA** não apresente a impugnação, ou caso o **CONTRATANTE** não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

## SEÇÃO XXII – DA SUBCONTRATAÇÃO

92. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto da subcontratação.
93. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incube avaliar se o subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

## SEÇÃO XXIII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 155, da Lei nº. 14.133/2021)

94. **CONTRATADA** ficará sujeita **pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, assim como seus demais anexos, às penalidades de ADVERTÊNCIA**, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, com base no art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021 **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**, nos termos, arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021, observada as pactuações do contrato administrativo - sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

### Subcláusula XXIII.1 – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021)

95. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais.
- a) A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### Subcláusula XXIII.2 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

96. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais**, que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses**; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.**
97. As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital, as penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

## Subcláusula XXIII.3 – DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)

98. É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei Nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento poderá ser anulado o contrato administrativo.

## SEÇÃO Subcláusula XXIII.4 – DA EXTINÇÃO E RECISÃO DO CONTRATO

(Arts. 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

99. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada** nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as condições expostas no inciso I e seguintes do artigo 137, da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021.
100. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
101. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

## SEÇÃO XXIV - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

102. Será reaberta a sessão nas hipóteses de provimento de recursos que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
103. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43. §1º da LC nº 123/06, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
104. Nestas hipóteses de anulação, todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

## SEÇÃO XXV – DOS CASOS OMISSOS

105. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## SEÇÃO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

106. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
107. **Documentos de que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados ou subentendidos como dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do certame, com exceção do atestado de capacidade técnica.**
108. Fica assegurado ao Consórcio o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes e sendo devidamente justificada na forma da legislação vigente.

109. Esta Dispensa Eletrônica poderá ter a data de abertura pública transferida por conveniência do Consórcio, sem prejuízo dos prazos mínimos de apresentação de propostas e lances, dispostos no art. 55, da Lei nº. 14.133/2021, assim como ser revogado por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.
110. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
111. **BASE TERRITÓRIAL DO CONSÓRCIO MUNICÍPIOS:** Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Carangola, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Manhuaçu, Manhumirim, Matipó, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Santa Margarida e Tombos.
112. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## SEÇÃO XXVII - DO FORO

113. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Carangola, 02 de julho 2024.

\_\_\_\_\_  
**Marco Antonio da Silva - Agente de Contratação**

**Portaria nº 001, de 16/01/2024**

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**

## EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2024

### TERMO DE REFERÊNCIA – TR (ANEXO I)

2. O presente termo tem como objetivo realizar uma análise das peculiaridades da demanda apresentada, de forma clara e objetiva, apresentando uma definição do objeto, incluindo sua natureza, quantitativos e prazos, bem como uma fundamentação para sua aquisição, seguindo as exigências do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133 de 21/04/2021.

### INTRODUÇÃO

3. O presente TR visa à contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licença de Software de antivírus next generation e gerenciamento on premise ou cloud e Suporte Técnico (Gold). A contratação tem como objetivo o fornecimento de licença de antivírus e suas atualizações por período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo Suporte Técnico e atualização de versões, com atendimento comercial de segunda a sexta feira, exceto feriados nacionais, conforme especificações descritas em edital e seus anexos.

### SEÇÃO I – OBJETO<sup>2</sup>

4. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licença de Software de antivírus next generation e gerenciamento on premise ou cloud e Suporte Técnico (Gold), conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

#### Subseção I.1 – SINOPSE DE VALORES DE REFERÊNCIA

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	PERÍODO DA LICENÇA	VLR. TOT
1	13	Bitdefender Gravityzone Business Security Premium	36 meses	R\$ 2.895,00
(Dois mil oitocentos e noventa e cinco reais)				

### SEÇÃO III – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DO (S) OBJETIVO (S) PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO - (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5. A proposta de contrato prevê fornecimento de licença de Software de antivírus next generation e gerenciamento on premise ou cloud e Suporte Técnico (Gold). O objetivo é garantir a segurança dos equipamentos de informática (computadores, servidores, notebooks), bem como a proteção dos dados gerados através de diversos serviços providos pela unidade do CISVERDE. Dado que a unidade atende a usuários de 19 municípios consorciados, e considerando que possui diversos equipamentos que necessitam de segurança digital e tecnologia, a contratação dos serviços é indispensável para evitar a interrupção dos serviços prestados.

### SEÇÃO II – OBJETIVO - (Art. 11, Lei nº 14.133/2021)

6. O objetivo da contratação de uma empresa é garantir a segurança dos equipamentos de informática (computadores, servidores, notebooks), bem como a proteção dos dados gerados através de diversos serviços providos pela unidade do CISVERDE em Carangola. A necessidade desta contratação é evidente devido à relevância do escopo, evitando qualquer risco de interrupção que possa prejudicar o atendimento à

<sup>2</sup> Súmula 177, do TCU: “A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição.”

população, que é a atividade-fim desta unidade de saúde. Os requisitos técnicos e quantidades estão descritos neste Termo de Referência.

### SEÇÃO III – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

7. A importância da proteção no sistema de informação:
  - a) Sabemos que uma Solução Corporativa de Antivírus é imprescindível para a integridade e disponibilidade da segurança da informação em ambiente de rede, configurando proteção a ataques de malwares originados da Internet e de equipamentos infectados, tal como pendrives, entre outros. Este software se caracteriza por garantir a segurança de todos os ativos (microcomputadores, servidores, notebooks, etc), bem como a proteção dos dados gerados através dos diversos serviços providos pela unidade do CISVERDE.
  - b) Essa aquisição é parte do plano de trabalho que insere o ambiente computacional do CISVERDE numa rotina de atualização tecnológica, no intuito de atender as demandas relativas à necessidade de segurança cibernética e tem o objetivo prevenir a contaminação por vírus, malwares e suas variantes, como também de outras ameaças cibernéticas que podem comprometer o sigilo, a integridade e disponibilidade dos dados e das informações. Essa aquisição justifica-se ainda pela necessidade de proteção do alto volume de transações por e-mails, elevada produção de arquivos e de acesso às páginas de Internet executadas na rotina de trabalho desse Consórcio, configurando proteção aos ativos da rede sem prejudicar a continuidade dos serviços do CISVERDE.
8. Sugestão de Formalização de dispensa de licitação:
  - a) Sendo assim, sugere-se a abertura de um processo de dispensa de licitação para a execução do serviço de proteção de antivírus, sob o critério de menor valor por item. O objetivo desta medida é atender aos princípios da economicidade e competitividade, tendo em vista a economia de escala, conforme os artigos 18, VII e 23 da Lei Federal no 14.133/2021, sendo a economia de escala o interesse prioritário da Administração.

### SEÇÃO IV - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, XXIII, "a" e "i" e XXIII, alínea 'd e h', ambos da Lei n. 14.133/2021)

9. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
10. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, observado o regramento do artigo 20 da Lei n. 14.133/21.
11. **ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:** Descrição detalhada do serviço prestado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, conforme necessário.
12. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:** Verificação da experiência e qualificações técnicas da empresa prestadora dos serviços, incluindo certificações, histórico de desempenho e capacidade para atender às demandas específicas do equipamento em questão.
13. **GARANTIA DE QUALIDADE:** Garantia de que os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade e segurança exigido, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos.

## **Subseção IV.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA DISPENSA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS**

14. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e/ou de licitar e impedida e/ou proibida de contratar com o Poder Público (Razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e/ou art. 12 da Lei n.º 8.429/1992), durante o prazo da sanção aplicada, assim como, empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, ou ainda, quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/21;
15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
16. Que possua, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

## **SEÇÃO V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei n.º. 14.133/2021)**

17. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
18. Prestar os serviços objeto deste termo de acordo com as condições aqui estabelecidas concomitante com a proposta apresentada, seguindo as exigências técnicas pertinentes ao aparelho a que será dada a manutenção, observando o § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.
19. A execução do objeto deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados ao objeto, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.
20. O serviço deverá ser executado fielmente pela parte, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observando que a inexecução total ou parcial da prestação de serviços assumida, poderá incidir nas determinações do artigo 115, da Lei nº 14.133/2021.
21. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).
22. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

## **Subseção V.1 – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ENTREGA DOS PRODUTOS**

23. Disponibilizar imediatamente após assinatura do instrumento contratual sistema de controle de licenças fornecidas, responsabilizando-se pela atualização de informações, com o fim de assegurar a segurança e o bom funcionamento dos equipamentos de informática, bem como a proteção dos dados gerados através de diversos serviços providos pela unidade do CISVERDE;



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



24. A contratada terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura contratual para entrega do serviço;
25. Os horários de atendimentos serão comerciais de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais;
26. Oferecer tecnologia onde a solução proteja o ambiente de arquivos potencialmente;
27. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;
28. Prover segurança para estações de trabalho, sejam físicas ou em ambiente virtualizado, com as seguintes Características Mínimas:
  - a) Possuir console central única de gerenciamento. As configurações do Antivírus, AntiSpyware, Firewall, Detecção de intrusão controle de Dispositivos e Controle de Aplicações deverão ser realizadas através da mesma console;
  - b) O Produto deverá ter a capacidade de remoção do software de antivírus já instalado e ser instalado de forma remota pela console de gerenciamento;
  - c) O produto deverá possuir no mínimo os seguintes módulos:
  - d) Console de Gerenciamento fornecendo funcionalidades de gestão;
  - e) Módulos para estações físicas, laptops e servidores;
  - f) Módulo para ambientes virtualizados, sendo criado especialmente para ambientes virtuais;
  - g) Utilizar o conceito de heurística;
  - h) Oferecer tecnologia onde a solução explore vulnerabilidades de softwares instalados no intuito de reduzir o risco de infecções (anti-exploit);
  - i) Oferecer tecnologia nativa no intuito de eliminar ameaças do tipo Ransomware;
  - j) Oferecer inventário de softwares;
  - k) Oferecer tecnologia onde à solução teste arquivos potencialmente perigosos em ambiente isolado antes da execução do mesmo no ambiente de produção;
  - l) Oferecer proteção por base de assinaturas;
29. Oferecer as atualizações disponíveis sem custo adicional durante o período de validade da Licença;
30. Console De Gerenciamento:
  - a) Instalação e configuração;
  - b) Deve ser fornecido como um appliance virtual ou executável para instalação em servidores Windows ou Console com Gerenciamento na nuvem (Cloud).
  - c) Deverá suportar no mínimo os seguintes Hypervisors: VMWarevSphere, Citrix XenServer; XenDesktop, VDI-ina- Box;
  - d) Microsoft Hyper-V, Red hat Enterprise Virtualization, Kernel-based Virtual Machine ou KVM, Oracle VM;
  - e) Deverá ser fornecido com base de dados embutido na Console em Nuvem, sem a necessidade de baixar para máquina do administrador da Console;
  - f) Permitir instalação remota via console WEB de gerenciamento para ambientes virtual VMWare ou Citrix;
  - g) O mecanismo de varredura deverá estar disponível para download separadamente;
  - h) A solução deverá permitir a inclusão de um modulo de balanceamento para casos em vários servidores tenham a mesma função (para alta disponibilidade, recuperação de desastres, performance entre outras);
  - i) Deve ser totalmente em português.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## 31. Características Gerais:

- a) Arquitetura simples de atualização, com botão único para acesso a todas as funções e serviços serem atualizadas;
- b) Permitir que o administrador escolha qual o pacote será atualizado;
- c) As notificações devem ser destacadas como item não lida, enviar e-mail para o administrador;
- d) No mínimo enviar notificações: Problemas com licenças, Alertas de Surto de vírus, Máquinas desatualizadas, Eventos de ant malware;
- e) Painel para Monitoramento baseado em "portlets" configuráveis com no mínimo as seguintes especificações: Nome; Tipo de relatório; Alvo do relatório;
- f) Deverá disponibilizar "portlets" para qualquer serviço de segurança, máquinas físicas, virtuais, dispositivos móveis;
- g) Inventário da Rede
- h) Possuir no mínimo as integrações abaixo: Múltiplos domínios do Active Directory, Múltiplos VMWarevCenters, Múltiplos Citrix XenServers;
- i) Possuir a possibilidade de definição de sincronização com o Active Directory em horas;
- j) Deverá ser compatível com Microsoft Hyper-V, RedHat VM, Oracle VM, KVM;
- k) Descoberta de rede para máquinas em grupo de trabalho;
- l) Possuir busca em tempo real pelo menos com os seguintes filtros: Nome, Sistema Operacional e Endereço IP;
- m) Possibilitar a instalação remota e desinstalação remota do antivírus;
- n) Possibilitar a configuração de pacotes de instalação do produto de antivírus;
- o) Possuir tarefas remotas e configuráveis de Scan;
- p) Possuir tarefa de reinicialização remota de estação ou servidor;
- q) Assinar políticas para no mínimo os níveis: Computador, Máquina Virtual ou Possuir a propriedade detalhada de objetos gerenciados para: Nome, IP, Sistema Operacional, Grupo, Política Assinada, ultimo status de malware;

## 32. Políticas:

- a) Modelo único para todos os equipamentos, seja físico ou Virtual;
- b) Cada serviço de segurança deve ter seu modelo configurável de política com opções específicas de ativar/desativar;
- c) Deverá configurar as funcionalidades como escaneamento do Antivírus, firewall de duas vias de detecção de intrusão, controle de acesso a rede, controle de aplicação, controle de acesso web, autenticação e ações para serem aplicadas em caso de vírus e dispositivos em não conformidade;

## 33. Relatórios:

- a) Relatório para cada serviço de segurança;
- b) Facilidade de usar e visualização simplificada;
- c) Agendamento, com opção de envio por e-mail para qualquer destinatário conforme escolha do administrador;
- d) Filtros de agendamento de relatórios;
- e) Arquivo com todas as instâncias de relatório agendados;
- f) Exportar o relatório nos formatos .pdf e/ou .csv;
- g) Oferecer possibilidade de criar relatórios de maneira dinâmica no painel administrativo da solução.

## 34. Quarentena:

- a) Restauração remota, com configuração de localidade e deleção;



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- b) Criação e exclusão para arquivos restaurados;
35. Usuários:
- a) Administração baseada em regras;
  - b) Disponibilizar tipos de usuários pré-definidos como no mínimo: Administrador - Gerente dos componentes da solução, Administrador de rede - Gerente dos serviços de segurança;
  - c) Relatório - Monitora e cria relatórios;
  - d) Deverá ser possível customizar um tipo de usuário;
  - e) Deverá permitir a integração do usuário com o Active Directory para autenticação da console de gerenciamento;
  - f) Logs de utilização;
  - g) Registrar as ações do usuário na console de gerenciamento;
  - h) Detalhar cada ação do usuário;
  - i) Permitir busca complexa baseada em ações do usuário, intervalos de tempo;
36. Certificado de Segurança:
- a) Deverá prover o acesso via HTTPS;
  - b) Deverá permitir a importação de certificados digitais;
  - c) O gerenciamento e a comunicação com dispositivos móveis devem ser feito de forma segura utilizando certificados digitais;
37. Proteção para Estações de Trabalho e Servidores Físicos:
- a) Deverá permitir a configuração do scan do antivírus do cliente como: Scan local, Scan Híbrido, Scan Central;
  - b) Deverá permitir a instalação customizada do antivírus com no mínimo: Instalar o antivírus sem o controle de acesso a internet; Instalar o antivírus sem o módulo de firewall;
  - c) Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para estação de trabalho: Windows 10 32 e 64Bits, Windows 7 32 e 64 Bits.
  - d) Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para servidores: Windows Server 2022, Windows Server 2019 Core, Windows Server 2019, Windows Server 2019 Core, Windows Server 2016, Windows Server 2016 Core, Windows Server 2012 R2, Windows Server 2012, Windows Small Business Server (SBS) 2011, Windows Server 2008 R2.
  - e) Deverá suportar no mínimo os seguintes sistemas operacionais para distribuição Linux: Ubuntu 14.04 LTS ou superior, Red Hat Enterprise Linux / CentOS 6.0 ou superior, SUSE Linux Enterprise Server 11 SP4 ou superior, OpenSUSE Leap 42.x, Fedora 25 ou superior, Debian 8.0 ou superior, Oracle Linux 6.3 ou superior, Amazon Linux AMI 2016.09 ou superior;
38. Gerenciamento e Instalação Remota:
- a) Deverá permitir ao administrador customizar a instalação;
  - b) A instalação deverá ser possível executar com no mínimo das seguintes maneiras: Executar o pacote de antivírus diretamente na estação de trabalho, instalar remotamente, distribuído via console de gerencia web;
  - c) Deverá ser possível ter um relatório com as estações instaladas e as faltantes da instalação;
  - d) A console de gerenciamento deve incluir informações detalhadas sobre as estações e servidores com no mínimo as seguintes informações: Nome, IP, Sistema Operacional, Política Aplicada;
  - e) Através da console, o administrador poderá enviar uma política única para configurar o antivírus;



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- f) A console de gerenciamento deverá incluir sessão de log com as seguintes informações: Login, Edição, Criação, Log-out, ter a capacidade de criar um único pacote independente ser for para 32 bits ou 64 bits, deverá permitir ao administrador criar grupos e subgrupos para mover as estações de trabalho;
- g) O agente utilizado na sincronização deve ser incluído no cliente do antivírus e não ser necessário à distribuição em um agente separado;
39. Proteção para Estações e Servidores Virtuais :
- a) Proteção de antivírus dedicado para ambientes virtuais;
- b) Deverá ter a disponibilidade de ser integrado com o VMWare e oferecer a escaneamento sem instalar o produto na máquina virtual;
- c) A console de gerenciamento central da solução deverá ter a possibilidade de integrar com múltiplos vCenters daVMWare;
- d) Deverá proteger em tempo real e agendado as máquinas virtuais Linux;
- e) O produto deverá oferecer agente para virtualização dos seguintes produtos: Citrix Xen Server, Microsoft Hyper-V, Red Hat Virtualization, Oracle KVM, KVM;
40. Funções Gerais:
- a) Deverá ter métodos de detecção de vírus, Spyware, rootkits e outros mecanismos de segurança;
- b) Deverá reportar o estado atual das VMs no mínimo, protegida/desprotegida;
41. Requisitos Mínimos suportados pelo Sistema:
- a) Plataformas de Virtualização, VMware vSphereandvCenter Server: versão 6.5:
- I. version 6.7, incluindo update 1, update 2a e update 3;
- II. version 7.0, incluindo update 1, update 2, update 2b, update 2c e update 2d;
- III. version 8.0, incluindo update 1, update 2.
- IV. VMware Horizon/View 7.8, 7.7, 7.6, 7.5, 7.1, 6.x, 5.x
- V. VMware Workstation 11.x, 10.x, 9.x, 8.0.6
- VI. VMware Player 7.x, 6.x, 5.x
- VII. Citrix XenHypervisor: 7.1 (withthe XS71ECU2060 hotfix), 8.2.
- VIII. Citrix Virtual Apps e Desktops 7 1808, 7 1811, 7 1903, 7 1906
- IX. Citrix XenApp e XenDesktop 7.18, 7.17, 7.16, 7.15 LTSR, 7.6 LTSR
- X. Citrix VDI-in-a-Box 5.x
- XI. Microsoft Hyper-V Server 2008 R2, 2012, 2012 R2, 2016, 2019 or Windows Server 2008 R2, 2012, 2012 R2, 2016, 2019 (incluindo Hyper-V Hypervisor)
- XII. RedHat Enterprise Virtualization 3.0 (incluindo KVM Hypervisor)



- XIII. Oracle VM 3.0
- XIV. Oracle VM VirtualBox 5.2, 5.1
- XVI. NutanixPrism com AOS 5.6, 5.5, 5.20 LTS, 5.18 STS, 5.15 LTS, 5.11, 5.10 (Enterprise Edition)
- XVII. NutanixPrismwith AHV 20170830.115, 20170830.301, 20170830.395 e 20190916.294 (Community Edition);
- b) Sistemas operacionais desktops (32 e 64 Bits): Windows 7, Windows 10;
- c) Sistemas Operacionais Servidores: Windows Server 2022 Windows Server 2019 Core Windows Server 2019, Windows Server 2019 Core, Windows Server 2016, Windows Server 2016 Core, Windows Server 2012 R2, Windows Server 2012, Windows Small Business Server (SBS) 2011, Windows Server 2008 R2, Ubuntu 14.04 LTS ou superior, Red Hat Enterprise Linux / CentOS 6.0 ou superior, SUSE Linux Enterprise Server 11 SP4 ou superior, OpenSUSE Leap 42.x, Fedora 25 ou superior, Debian 8.0 ou superior, Oracle Linux 6.3 ou superior, Amazon Linux AMI 2016.09 ou superior;
42. Componentes e Funcionalidades do Antivírus Geral:
- a) Deverá fazer scan em tempo real automático;
- b) Deverá ser configurável para não escanear arquivos conforme necessidade do administrador, ou seja, por tamanho ou por tipo de extensão;
- c) Escaneamento de comportamento heurístico;
- d) Deverá escanear em tempo real qualquer informação localizada em mídias de armazenamento como: CD/DVD, Discos Externos, Pen-Drivers, deverá permitir a escolha e configuração de pastas a serem escaneada;
- e) Para melhor proteção, o antivírus deverá ter no mínimo 3 tipos de detecção: Baseada em Assinaturas, Baseada em Heurística, Baseada em monitoramento contínuo de processos;
- f) Deverá ter a capacidade de escaneamento nos protocolos HTTP e SSL na Estações de trabalho;
- g) O cliente do antivírus deverá ter o módulo de Antiphishing que deverá ter a opção de verificar links pesquisados com os sites de pesquisas Search Advisor na Estações de trabalho;
- h) Deverá possuir módulo de firewall que de acordo com o administrador poderá ou não ser instalado/desinstalado nas estações de trabalho;
- i) O módulo de firewall deverá ser possível configurar o modo invisível tanto a nível de rede local ou Internet nas estações de trabalho;
- j) Deverá permitir o envio automático de arquivos da quarentena para o laboratório de vírus;
- k) Deverá fazer a remoção automática de arquivos antigos, pré-definidos pelo administrador;
- l) Deverá permitir a movimentação do arquivo da quarentena para seu local original ou outro destino que o administrador definir;
- m) Deverá de forma automática criar exclusão para arquivos restaurados da quarentena;
- n) Deverá permitir escanear a quarentena após a atualização das atualizações de assinaturas;
43. Controle de Usuário:
- a) Deverá ter módulo de controle de usuário integrando com as seguintes características: Bloqueio de acesso a internet, Bloqueio de acesso a aplicações definidas pelo administrador;
44. Controle de Dispositivo:
- a) Deverá ser possível a instalação do módulo de dispositivos através da console de gerenciamento;



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- b) Através do módulo de controle de dispositivo deverá ser possível controlar: Bluetooth, CDRROM/DVDROM, IEEE 1284.4, IEEE 1394, Windows Portable, Adaptadores de Rede, Adaptadores de rede Wireless, Discos Externos;
- c) Deverá permitir regras de definição de bloqueio/desbloqueio;
- d) Deverá permitir regras de exclusão;
45. Atualização:
- a) Após a atualização o administrador deverá ter a capacidade de adiar um reinicializarão;
- b) Possibilidade de utilizar um servidor local para efetuar as atualizações das estações de trabalho;
- c) Permitir atualizações de assinatura de hora em hora;
- d) Permitir motor de varredura local, no servidor de rede ou em nuvem a fim de aumentar o desempenho da estação de trabalho quando a mesma estiver sendo escaneada.
46. Proteção para caixa de e-mail:
- a) Fornecer proteção para ambiente Exchange
- b) Oferecer tecnologia para proteção contra spam;
- c) Oferecer análise comportamental e proteção para zero-day;
- d) Oferecer proteção contra vírus e tentativas de phishing;
47. Criptografia:
- a) Possibilidade de criptografia de disco através da console de gerenciamento seja em nuvem ou on-premise com módulo de Criptografia presente na mesma Console do Antivirus;
- b) Deverá utilizar quando necessários serviços de criptografia através agentes nativos da estação de trabalho baseada em Windows (BitLocker) ou Mac (FileVault);
- c) Deverá solicitar autenticação quando iniciado o sistema operacional do equipamento;
- d) Deverá ser compatível com: macOS Sonoma (14.x), macOS Ventura (13.x), macOS Monterey (12.x), macOS Big Sur (11.x);
48. Proteção Avançada NGAV:
- a) Detectar e bloquear todos os tipos de ameaças sofisticadas e malwares desconhecidos, bem como eliminar malwares desconhecidos e ameaças avançadas que ignoram as soluções tradicionais de proteção de endpoints, incluindo o ransomware. Detectar e bloquear ataques avançados, como os ataques do PowerShell, baseados em scripts, ataques sem arquivos e malware sofisticado, devendo ser detectados e bloqueados antes de serem executados;
- b) Detectar e parar, bloquear e interromper malwares sem arquivos;
- c) Parar os ataques com base em macros e scripts. Analisar scripts, como Powershell, WMI, intérpretes de Javascript, etc, bem como adicionar técnicas de analisador de linha de comando para interceptar e proteger scripts, enquanto alerta os administradores e bloqueia a execução de scripts no caso de executar comandos maliciosos;
- d) Reparo e resposta automatizada a ameaças;
- e) Quando uma ameaça é detectada, a ferramenta deve neutralizá-la imediatamente por meio de ações que incluem a conclusão do processo, a quarentena, a exclusão e a reversão de alterações mal intencionadas. Compartilhar as informações sobre ameaças em tempo real com a GPN, o serviço de inteligência contra ameaças baseadas na nuvem do fabricante, para impedir ataques semelhantes.
- f) bter visibilidade e contexto sobre ameaças devendo identificar e reportar atividades suspeitas alertando antecipadamente para comportamentos maliciosos, como ações suspeitas do sistema operacional.



**CIS-VERDE**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO

# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

**CNPJ Nº 02.034.350/0001-02**



- g) Operar com um único agente e console integrados bem como personalizar automaticamente o pacote de instalação e minimizar o carregamento do agente.
- h) Deverá ter um nível de proteção na fase de pré-execução com modelos locais de aprendizado de máquina e heurística avançada e treinada para detectar ferramentas de hackers, explorações e técnicas de ocultação de malware, a fim de bloquear ameaças sofisticadas antes que elas sejam executadas. Também deverá detectar técnicas de propagação e sites que hospedam kits de exploração, além de bloquear tráfego suspeito na web. Deverá permitir que os administradores de segurança ajustem a proteção para combater os riscos.
49. Machine Learning:
- a) As técnicas de Machine Learning devem utilizar modelos e algoritmos extensamente treinados para prever e bloquear os ataques avançados.
- b) A ferramenta de Machine Learning deve se basear em características estáticas e dinâmicas, e se treinarem continuamente com bilhões de amostras de arquivos legítimos e maliciosas devendo melhorar significativamente a efetividade da detecção de malware e minimizar os falsos positivos. ações evasivas e conexões a centros de comando e controle.
50. Sandbox:
- a) Sandbox integrado nos terminais que deverá analisar arquivos suspeitos em profundidade, acionar ações destrutivas em um ambiente virtual isolado, hospedado pelo fabricante, analisando seu comportamento e informando sobre intenções maliciosas. O Sandbox deve ser integrado com o agente e encaminhar automaticamente os arquivos suspeitos para análise. Ao retornar uma análise com resultado "malicioso", o Sandbox deverá bloquear automaticamente o arquivo malicioso em sistemas em toda rede imediatamente. O recurso de envio automático deve permitir que os administradores de segurança da empresa escolham o modo de monitoramento ou bloqueio, o que impede o acesso a um arquivo até que um resultado seja emitido. Os administradores também podem enviar arquivos manualmente para análise. As informações forenses devem fornecer um contexto claro das ameaças e ajudar a entender o comportamento delas;
51. Antiexploit Avançado:
- a) Deverá conter antiexploit avançado para prevenção de exploração e proteção a memória e aplicativos vulneráveis, como navegadores, leitores de documentos, arquivos multimídia e tempo de execução (ou seja: Flash ou Java). Os mecanismos avançados devem observar a rotina de acesso na memória para detectar e bloquear técnicas de exploração, como verificação de chamadas de API, pivotamento de pilha, ROP (returnorientedprogramming);
52. Inspetor de Processo:
- a) O Inspetor de Processos deverá operar em um modo de confiança zero, monitorando continuamente todos os processos em execução no sistema operacional. Deverá procurar atividades suspeitas ou comportamentos anormais de processos, como tentativas de ocultar o tipo de processo, executar código no espaço de outro processo (seqüestro de memória do processo para escalonamento de privilégios), replicar, descartar arquivos, ocultar para processar aplicativos de listagem etc. Tomar as medidas de reparação adequadas, incluindo o encerramento do processo e a reversão das alterações efetuadas. Deverá detectar de malwares desconhecidos, avançados e ataques sem arquivos, incluindo ransomware.
53. Detecção e Resposta - EDR:



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- a) Deverá realizar a correlação entre terminais, conhecida como EDR, levando a detecção de ameaças bem como aplicar funcionalidades de XEDR para detectar ataques avançados em vários terminais em infraestruturas híbridas (estações de trabalho ou servidores executando vários sistemas operativos);
- b) Deverá analisar continuamente os riscos usando centenas de fatores para descobrir e priorizar os riscos de configuração para todos os seus terminais, permitindo ações automáticas de fortalecimento. Identificar ações e comportamentos dos usuários que representam um risco de segurança para a organização, como o uso de páginas web não criptografadas para fazer login em sites, gerenciamento de senhas inadequado, uso de USBs comprometidos, infecções recorrentes, etc.

## SEÇÃO VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

54. O regime desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, constituindo obrigações do contratante, além da constante do art. 115, da Lei 14.133/2021, e as especificadas no Edital e seus anexos.
55. O contratante deve obedecer as responsabilidades essenciais ao contratar serviços para a administração pública, que incluem providenciar os recursos necessários, fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, realizar os pagamentos conforme acordado, oferecer suporte para o adequado desempenho dos serviços, assegurar a qualidade na execução e o interesse público, comunicar alterações no contrato de forma clara e tempestiva, e cumprir todas as obrigações legais pertinentes à contratação e execução dos serviços.
56. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
57. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no instrumento contratual.

## SEÇÃO VII – DA FORMA DE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(Art. 6º, XXIII, alíneas 'd e h' da Lei nº 14.133/21)

58. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
  - Cartão de CNPJ;
  - Inscrição Estadual;
  - Certidão negativa de débitos Federais;
  - Certidão negativa de débitos Estaduais;
  - Certidão negativa de débitos Municipais;
  - Certidão negativa de débitos Trabalhista;
  - Certidão negativa de débitos do FGTS;

## SEÇÃO VIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS, ADEQUAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO.

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea "j" e art. 150, ambos da Lei nº. 14.133/2021)

59. Os recursos financeiros necessários para viabilizar o pagamento do objeto contratado serão provenientes da dotação orçamentária do CISVERDE, conforme detalhada a seguir:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.40.00	20	1.659.000	Serviço Da Tecnologia Informação E Comunicação



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## SEÇÃO IX – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g” e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

60. O pagamento será efetuado em até **30 dias**, após a entrega da nota fiscal, bem como do aceite do objeto pelo fiscal do contrato, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Consórcio. Caso ocorra algum fato ou irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, respeitado as regras estabelecidas em Edital e seus anexos.
61. Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
62. O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com.br](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com.br) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).

## X – DA AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

63. A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo Fiscal do Contrato, pelo secretário executivo ou pelo Agente de Contratação, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.
64. A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do Gerente de Transporte Marcelo Dias Virtuoso e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
  - a) A Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
  - b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
  - c) Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante **termo detalhado**, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, **notificará a contratada**, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
65. O prazo de vigência do contrato administrativo será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 106, § 2º c.c 107, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s), respeitada a vigência máxima decenal.
  - a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## SEÇÃO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

66. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste termo de referência.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



67. **DOS CASOS OMISSOS** - Os casos omissos serão decididos pelo Consórcio, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
68. **A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709, DE 14/08/2018 (LGPD)** - Será obedecida, em todos os seus termos, pela **CONTRATADA e CONTRATANTE**, obrigando-se as partes ao tratamento dos dados que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade, nos termos do art. 7º, da LGPD).
69. **DA DIVULGAÇÃO** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
70. **DA SUBCONTRATAÇÃO** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
71. **DA PROIBIÇÃO** - É proibida a participação nesta licitação ou a contratação nos termos estabelecidos pela tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais”.

## SEÇÃO XII - DO FORO

72. As partes elegem o foro da Comarca de Carangola-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste termo de referência, assim como, do Contrato Administrativo.

Carangola, 28 junho 2024.

---

**Waldemar de Oliveira Gomes** – Assistente Técnico de Informática  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário **CISVERDE**



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2024

### ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

CREDENCIAMENTO da empresa [inserir razão social], inscrita no CNPJ Nº. [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do Processo em epígrafe, instaurado pelo Consórcio CISVERDE, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso, ademais, sob a pena da lei, **DECLARA:**

1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
4. Que cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;
5. Que proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
6. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
7. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
8. Que não possuem, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
9. Que para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;
10. Que o Agente de Contratação poderá solicitar **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES** para a vencedora do item, com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do licitante. A solicitação de documentação deverá ser atendida em até 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação da empresa naquele item, e ainda é facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
11. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12. **A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras editalícias e implica na aceitação automática, integral e irretroatável dos termos desse edital**, após este ato, o Consórcio não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

EMPRESA [inserir razão social]  
CNPJ/MF n.º [inserir número]  
**Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa**



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 016/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2024

### MODELO DE PROPOSTA

Empresa [inserir razão social], inscrita no CNPJ/MF n.º [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], para participar do Processo Licitatório n.º. 011/2024, instaurado pelo Consórcio CISVERDE.

DESCRIÇÃO	VLR. UNI.	VLR. TOT.
CONFORME EDITAL	R\$ XXX	R\$ xxxx
VALOR TOTAL: xxxxxxxx		

Validade da proposta 60 dias.

Declaramos, que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

\_\_\_\_\_  
EMPRESA [inserir razão social]  
CNPJ/MF n.º. [inserir número]  
**Preferencialmente utilizar o timbrado da empresa**



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º [inserir n.º] /2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. [inserir n.º] /2024  
VIGÊNCIA: [inserir data]

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. [inserir n.º] /2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
CONSÓRCIO CISVERDE E A EMPRESA [inserir razão social].

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, com sede à rua Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG - CEP: 36.803-020, representado por seu Presidente, prefeito Celso Gonçalves Antunes, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio.

CONTRATADA: [inserir razão social], inscrita no CNPJ/MF N.º. [inserir número], estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Sr. (a) [inserir nome completo], inscrito (a) no CPF/MF n.º [inserir número] e Identidade n.º. [inserir número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebra o presente instrumento, instruído pelo PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. [inserir n.º] /2024, e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I, da Lei nº. 14.133/2021)

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de [descrever a prestação de serviços], conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, e demais anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO (ART. 92, inciso V, da Lei N.º 14.133/2021)

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VLR. UNI.	VLR. TOT
[inserir item]	[inserir quant.]	[inserir descrição]	R\$ [inserir valor]	R\$ [inserir valor]
VALOR POR EXTENSO: [inserir valor]				

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO, DA BASE LEGAL (Art. 92, II e III, da Lei nº. 14.133/2021)

2. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - Fazem parte deste contrato, independente de transcrição, todos os elementos advindos do instrumento convocatório, assim como a proposta apresentada pela contratada, nos termos do art. 92, inciso II, concomitante com o 5º, ambos da Lei n.º 14.133/2021.
3. BASE LEGAL - Lei nº 14.133, de 2021, demais legislação aplicável a matéria e mediante as cláusulas e condições enunciadas neste instrumento contratual.

### CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 92, inciso IV, da L. ne. 14.133/2021)

4. A execução desta prestação de serviços será de forma indireta. Trata-se de empreitada por preço unitário, na forma do art. 6º, inciso XXIX, da Lei n.º 14.133/21. O valor a ser pago, está definido de forma fixa, neste instrumento, sendo estipulado o valor fixo mensal pela prestação de serviços.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, incisos, X, XI, XIV, XVI e XVII, art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, todos da Lei nº. 14.133/2021)

5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
6. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas neste instrumento contratual, bem as especificações constantes na proposta apresentada, edital e demais anexos, incluindo a preservação de **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação**.
7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser fixado pelo contratante, qualquer identificação de vícios, defeitos ou incorreções, na prestação de serviços, devendo responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devendo ainda:
  - a) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
  - b) Sob pena de infração contratual fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no decorrer da prestação de serviços.
  - c) O **CONTRATANTE** ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - d) A **CONTRATADA** deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como, manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação de serviços;
8. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

## Subseção VII.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº. 14.133/2021)

9. Demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

## CLAÚSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV, da Lei ne. 14.133/2021)

10. Providenciar os recursos necessários para a execução dos serviços contratados.
11. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.
12. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.
13. Prestar as informações e o suporte necessários à contratada para o adequado desempenho dos serviços.
14. Zelar pelo interesse público e pela qualidade na execução dos serviços contratados.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



15. Comunicar eventuais alterações ou modificações no objeto do contrato de forma clara e tempestiva.
16. Cumprir com todas as obrigações legais relacionadas à contratação e execução dos serviços.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, art. 92, inciso V e VI e artigo 141, da Lei nº. 14.133/2021)

17. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, de acordo com as seguintes etapas:
  - a) **ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:** O órgão público responsável pela contratação verifica se os serviços foram devidamente executados conforme o contrato e as especificações técnicas. Se estiverem de acordo, é emitido um aceite formal – emissão da NAF, autorizando a emissão da nota fiscal eletrônica.
  - b) **EMISSÃO DA NOTA FISCAL OU FATURA:** Após a prestação dos serviços, e do aceite pela administração, a contratada emitirá uma nota fiscal ou fatura, detalhando os serviços prestados, quantidades, valores e demais informações pertinentes.
    - I - O encaminhamento da nota fiscal e documentos para pagamento poderá ser feito através do envio para o e-mail: [cisverde.contratos@yahoo.com](mailto:cisverde.contratos@yahoo.com) e/ou [contabilidadecisverde@yahoo.com.br](mailto:contabilidadecisverde@yahoo.com.br).
  - c) **PROCESSO DE PAGAMENTO:** Com base na nota fiscal ou fatura e no aceite dos serviços, o órgão público inicia o processo de pagamento. O que envolve a elaboração da liquidação da despesa, autorização de pagamento e demais trâmites administrativos internos.
    - I - **OBSERVAÇÃO:** Será observada para o pagamento a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos. Ressalta-se, que a ordem cronológica referida poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão competente de controle interno da Administração e ao Tribunal de contas competente, exclusivamente nas condições determinadas no § 1º, inciso I e seguintes, §§ 2º e 3º, do art. 141 e artigos: 142,143,144,145 e 146, todos da Lei Nº. 14.133/2021.
  - d) **EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO:** Após a conclusão do processo de pagamento, o órgão público realiza a transferência dos recursos financeiros para a empresa contratada, conforme os prazos estabelecidos neste contrato de até 30 dias da emissão da NAF e considerada a emissão da nota fiscal.
  - e) **DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE** - Arts. 68, da Lei nº. 14.133/2021. Documentos referentes a regularidade Fiscal e Trabalhista que devem ser apresentados para análise do fiscal do contrato, liquidação e liberação dos pagamentos.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILIBRÍO ECONÔMICO - FINANCEIRO (Art. 92, V, da Lei nº. 14.133/2021)

18. Via de regra os preços **serão fixos e irajustáveis até o interregno de 1 (um ano)** contados da data de início da vigência deste contrato.
  - a) Observando-se a anualidade e mediante solicitação formal da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados pelo contratante, utilizando-se o índice IGP-M/FGV, ou outro que vier a substituí-lo.
  - b) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



- c) O reajuste será realizado por apostilamento.
19. Em casos excepcionais, será admitida a **repactuação de preços**, com o objetivo de adequar-se ao preço de mercado, de acordo com os arts. 25, §7º, 131, parágrafo único da Lei n.º 14.133/21.
- a) Essa repactuação deve ser justificada e demonstrada de forma analítica quanto às variações dos componentes dos custos para a execução do contrato. Como critério de reajuste, a empresa deverá retratar a variação efetiva dos custos para a prestação de serviços, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, observada as demais exigências contidas no art. 135 da Lei nº 14.133/2021.
20. Alterações a este instrumento contratual, estando em consonância com o determinado no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- a) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
21. As repactuações a que o contrato fizer *jus* e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei n.º. 14.133/2021)

22. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento da prestação de serviços objeto deste contrato será proveniente da dotação orçamentária abaixo relacionada, ou aquela que vier a substituí-la:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO
01.01.10.302.0075.2001.33.90.40.00	20	1.659.000	Serviço Da Tecnologia Informação E Comunicação

## CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 155 e 92, da Lei n.º. 14.133/2021)

23. A CONTRATADA ficará sujeita **pela inexecução total ou parcial das condições estipuladas neste Edital, e seus demais anexos, às penalidades de:**
- a) **ADVERTÊNCIA** - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- b) **MULTA COMPENSATÓRIA/MORATÓRIA:**
- I- O valor referente à multa poderá, ser recolhido ao Consórcio, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- II- O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.



**CIS-VERDE**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO

# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

**CNPJ Nº 02.034.350/0001-02**



- III - É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial: Reparação integral do dano causado à Administração Pública, pagamento da multa, transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- c) **EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO** - O contrato poderá ser extinto ou reincluído antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, observado o disposto nos artigos: 37, 38, 39, 137, 138 e 139, todos da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- d) **DA (S) NULIDADE (S) DO (S) CONTRATO (S)** - É passível de nulidade contratual, a ocorrência descrita no arts. 147,148,149 e 150, todos da Lei nº. 14.133/2021. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja passível o saneamento deverá ser anulado o contrato administrativo.
- e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - Será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:
- f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;**
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;**
- h) **Praticar ato lesivo** previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: **Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.**
- I- É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: Reparação integral do dano causado à Administração Pública; Pagamento da multa, se houver; Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver e Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.
- i) A aplicação das sanções então previstas será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- j) As penalidades estabelecidas neste instrumento não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências serem alisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.
- k) **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** - Art. 156, § 4º e seguintes, da Lei ne. 14.133/2021) - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- I - Não mantiver a proposta ou não assinar o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 4 (quatro) meses;**
- II - Fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: **Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 36 (trinta e seis) meses.** A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- III - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Consórcio.

## XI – CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL - (Arts. 92, inciso VII, XIII, 37, 38 e 39, todos da L. nº. 14.133/2021)

- 24. **DA AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - A prestação de serviços terá início após ser autorizada pelo Gerente de Transporte Marcelo Dias Virtuoso e Secretário Executivo Sérgio Muller de Miranda, respeitado o prazo de **[inserir prazo]** dias da assinatura do contrato.
- 25. **DO FISCAL DO CONTRATO** - A prestação de serviços será acompanhada pela fiscalização do Transporte Marcelo Dias Virtuoso e Secretário Executivo Sérgio Muller de Miranda e pelo secretário executivo do Consórcio, na forma do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.
  - d) O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando podendo ser solicitado documentos comprobatórios pertinente, nos termos do artigo 23, inciso I do Decreto nº. 11.246/2022, respeitada a condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
  - e) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).
  - f) Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento do objeto, mediante **termo detalhado**, quando verificado o não cumprimento das exigências de caráter técnico e das exigências editalícias, **notificará a contratada**, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.
- 26. **DA VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do contrato administrativo será de **12 (Doze) meses** podendo ser prorrogado nos termos estabelecidos no art. 105 c.c 106, da Lei nº. 14.133/2021, por meio de celebração de termo (s) aditivo (s).
  - a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.



# Consórcio Intermunicipal Multifinalitário

CNPJ Nº 02.034.350/0001-02



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.
28. **DOS CASOS OMISSOS** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
29. **A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709, DE 14/08/2018 (LGPD)** - Será obedecida, em todos os seus termos, pela **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, obrigando-se as partes ao tratamento dos dados que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade, nos termos do art. 7º, da LGPD).
30. **DA DIVULGAÇÃO** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
31. **DA SUBCONTRATAÇÃO** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
32. **DA PROIBIÇÃO** - É proibida a participação nesta licitação ou a contratação nos termos estabelecidos pela tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais”.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

33. Para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do Contrato Administrativo oriundos deste Processo licitatório, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carangola/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Local [inserir cidade] e Data [inserir data]

\_\_\_\_\_  
[inserir nome] - Presidente

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA [inserir razão social]

CNPJ/MF nº. [inserir número]